

Salário complica o esforço concentrado

Permanece o impasse em torno da pauta de votação para o esforço concentrado do Congresso. O PFL, depois de admitir a inclusão da votação sobre salário mínimo na pauta da semana que vem, voltou atrás e decidiu que não assinará mais urgência para a matéria. O 1º vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), anunciou essa decisão ontem, após a votação da proposta do relator da comissão sobre salário mínimo, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), propondo reajuste de 100% em dezembro e 10% reais por mês.

Segundo Inocêncio, o PFL aceitaria incluir a matéria em pauta caso houvesse "consenso" na comissão. A proposta de Maurílio foi aprovada por oito votos a quatro, sendo dois dos votos contrários do próprio PFL (Alysson Paulinelli e Ricardo Fiúza), o que significa que não houve "consenso", segundo Inocêncio.

A posição do PFL foi ironizada pelo representante do PDT na comissão do salário mínimo, Luiz Salomão. Ele observou que o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), é um praticante habitual dessas posições radicais, "mas tem radical chique, e tem radical desacreditado", completou. O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), observa, por sua vez, que "até terça-feira" (quando deve ser realizada nova reunião entre os líderes, para decidir a pauta) há muito tempo para o PFL mudar de posição.

Até ontem, o líder do PFL dizia que só aceitava votar projetos de lei que regulamentam a Constituição após a aprovação do novo regimento interno da Câmara dos Deputados, mas diante do recuo da esquerda de aceitar a votação da lei de greve, José Lourenço concordou em negociar a pauta, que tem como ponto principal o salário mínimo. O acordo não implica aprovação unânime do plenário.